

LUCILENY MOURA COSTA MANDU

**O RESGATE DOS VINCULOS FAMILIARES DAS MULHERES REFERENCIADAS
NO CRAS JARDIM DOS MIGRANTES DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA**

**Ji-Paraná-RO
2019**

LUCILENY MOURA COSTA MANDU

**O RESGATE DOS VINCULOS FAMILIARES DAS MULHERES REFERENCIADAS
NO CRAS JARDIM DOS MIGRANTES DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a. Dalva Felipe de Oliveira

Ji-Paraná-RO
2019

M273r

Mandu, Lucileny Moura Costa

O Resgate dos vínculos familiares das mulheres referenciadas no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná - Rondônia / Lucileny Moura Costa Mandu. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

62 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2019.

Orientadora: Prof^a. Ms. Dalva Felipe de Oliveira

1. Serviço Social. 2. Vínculos familiares. 3. Mulheres. 4. Autonomia. I. Oliveira, Dalva Felipe de. II. O Resgate dos vínculos familiares das mulheres referenciadas no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná - Rondônia. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 314.375

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães
CRB 11/1091

LUCILENY MOURA COSTA MANDU

**O RESGATE DOS VINCULOS FAMILIARES DAS MULHERES REFERENCIADAS
NO CRAS JARDIM DOS MIGRANTES DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a. Dalva Felipe de Oliveira.

Ji-Paraná, 24 de junho de 2019.

Avaliação e Nota:

BANCA EXAMINADORA

Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná
Orientadora Prof^a. M^a. Dalva Felipe de Oliveira

Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná
Professora Dulce Teresinha Heineck

Leda Santana Elias de Paula
Assistente Social

Centro de Referência de Assistência
Social - CRAS

*Dedico esta monografia a Deus que me fortaleceu neste
caminho trilhado por Ele, a minha família no qual peço
desculpas pela minha ausência e amigos que conheci no
decorrer do tempo.
Em especial aos meus pais que não mensuraram
esforço para me apoiar.
Amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que tem me dado sabedoria, saúde e discernimento para alcançar meus objetivos e sonhos.

Aos meus filhos Ian Pablo, Mateus e cônjuge Adelmo que em vários momentos reclamaram da minha ausência e dos momentos de impaciência para com eles. Mais sabendo eles do meu objetivo e sonho de me tornar uma profissional, sempre me apoiaram.

Aos meus pais João e Maria, meus irmãos John, Márcia, Luciane e Aline, cunhada/os Eliane, Rogerio e Janilton, sobrinhos John Willian, João Victor, Wilker, Junior, Pedro Herinque e Maria Eduarda. A minha amada afilhada Thay Mandu, por me socorrer em momentos de desanimo. Sem vocês do meu lado esse trabalho não seria possível. Amo muito vocês!

Amigas que o curso me presenteou, Andressa, Kauane, Poliana, Keyla, Luciana, Luara e aos demais amigos (as) que não me deixaram ser derrotada pelo cansaço, negatividade e me incentivaram a prosseguir firme, que sempre ouviram meus desabafos e minhas lágrimas. E claro com nossas risadas e surpresas de aniversários. Muito obrigada pela parceria!

A minha mestra e orientadora Dalva Felipe de Oliveira pela paciência e dedicação para que adquiríssemos novos conhecimentos.

A coordenadora do Curso de Serviço Social Professora Dulce Teresinha Heineck pelos ensinamentos inclusive fora do horário de trabalho, pelo incentivo, pela garra e amor a sua formação.

A professora Rafaela Maia Gomes por dedicar seu tempo na formação, orientações e nas visitas técnicas, dispondo do seu tempo nas madrugadas a fora, minha eterna gratidão, não somente na vida acadêmica como na vida pessoal.

Não poderia deixar meus agradecimentos à professora Odete Rigato Miotto por não me deixar desistir no meio do caminho. Sem seu incentivo a realização desse sonho não teria acontecido. Para ela meu carinho e meu muito obrigado.

Aos demais professores da minha vida acadêmica, Teófilo, Marlene, Martins, Susana, Cicero, Paulo Rosa, Gustavo, Aroldo, reconheço seus esforços gigantesco com muita paciência e sabedoria. Foram vocês professores que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais a cada dia.

Ao amigo especial Rogério Andrade que mesmo de longe contribuiu com esse trabalho. Ao meu grande amigo de caminhada e vida Aldair ao qual tenho grande admiração e carinho. Muito obrigada!

A esta instituição tão admirável, agradeço pelo ambiente propício à evolução e crescimento, bem como a todas as pessoas que a tornam assim tão especial.

A minha supervisora de campo Leda Santana Elias de Paula, por sua preciosa atenção, paciência, e ensinamentos que se propôs a me instruir, pela sua valiosa dedicação para minha formação.

Aos colaboradores do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Jardim dos Migrantes, por terem me recebido com muito carinho e atenção, proporcionando-me preciosos ensinamentos e me fazendo crescer como profissional. Em especial a Lidiane, Mirian, Guilherme, Abssaléia, Edith, Juraci Alexandra e Maria Antônia da equipe técnica da unidade.

E por último mais não menos importante, meus agradecimentos as mulheres do Troca de Saberes que me acolheram com todo carinho.

Por fim, agradeço a todos de coração, aos que foram aqui mencionados e os que não, mas todos foram importantes para meu percurso profissional e pessoal.

*Há apenas uma maneira de evitar críticas:
não falar, não fazer e não ser nada (Aristóteles).*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do CRAS.....	37
Figura 2	Roda de conversa.....	44
Figura 3	Palestra com o Psicólogo.....	44
Figura 4	Palestra com o Psicólogo.....	45
Figura 5	Roda de conversa sobre as situações de vulnerabilidade social	46
Figura 6	Visita Domiciliar	47
Figura 7 e 8	Apresentação do CRAS e serviços ofertados	48
Figura 9	Encerramento "O Girassol"	49
Figura 10	Folder usado na festa.....	49
Figura 11	Encontro de encerramento.....	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADUNICO	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência especializado da Assistência Social
CREAS LA	Centro de Referência Especializado da Assistência Social Liberdade Assistida
CT	Conselho Tutelar
DP	Defensoria Pública
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Ministério Público
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Proteção e Atendimento Integral a Família
PNAS	Políticas Nacional de Assistência Social
SEMAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar os impactos provocados pela oficina “troca de saberes” no cotidiano das mulheres referenciadas no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná . Objetiva-se a partir desta pesquisa, identificar como a oficina foi capaz de estreitar os laços entre as mulheres e o CRAS e verificar o trabalho da Assistente Social na oficina. Para atingir o objetivo proposto recorreu a abordagem qualitativa (GIL, 1991) e como método de procedimentos foi selecionado o estudo de caso (YIN, 2005) . Em relação as técnicas de coleta de dados optou-se pela observação não participante (RUIZ,1991) e o questionário (CERVO;BREVIAN, 1989) . Os dados coletados foram analisados à luz do método dialético (LAKATOS, 1982). De acordo com as observações realizadas e das informações obtidas verificou-se que as famílias que participam das atividades do CRAS/PAIF são beneficiárias de programas sociais do Governo Federal, tais como Bolsa Família, BPC-LOAS, dentre outros. As oficinas ofertadas priorizaram a valorização da família em seus diferentes arranjos, buscando incentivar o protagonismo e a valorização da autoestima , fomentando ainda a interação familiar e coletiva na comunidade. Nesta perspectiva a Assistente Social ao trabalhar com as relações sociais que são tecidas no cotidiano da vida social das mulheres referenciadas assume um caráter socioeducativo haja vista que o objetivo das ações realizadas é a autonomia dos sujeitos sociais.

Palavras chave. Serviço Social. Vínculos familiares. Mulheres. Autonomia.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the impacts caused by the workshop "exchange of knowledge" in the daily life of the women referenced in the CRAS Garden of the Migrants of Ji-Paraná. The objective of this research is to identify how the workshop was able to strengthen the ties between women and CRAS and to verify the work of the Social Worker in the workshop. In order to reach the proposed objective, the qualitative approach was used (GIL, 1991) and as a procedure method, the case study was selected (YIN, 2005). Regarding the techniques of data collection, non-participant observation (RUIZ, 1991) and the questionnaire (CERVO; BREVIAN, 1989) were chosen. The collected data were analyzed in light of the dialectical method (LAKATOS, 1982). According to the observations made and the information obtained, the families that participated in CRAS / PAIF activities were beneficiaries of social programs of the Federal Government, such as Bolsa Família, BPC-LOAS, among others. The workshops offered prioritized the valuation of the family in their different arrangements, seeking to encourage protagonism and the valorization of self-esteem, fostering family and collective interaction in the community. In this perspective the Social Worker, when working with the social relations that are woven in the social life of the referenced women, assumes a socio-educational character since the objective of the actions carried out is the autonomy of the social subjects.

Keywords: Social service. Family bonds. Women. Autonomy.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
2.METODOLOGIA	15
2.1 MÉTODO DE PROCEDIMENTO: Estudo de caso	15
2.2 TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS	16
2.2.1 Observação não participante	17
2.2.2 Questionário	18
2.2.3 Pesquisa Bibliográfica	19
2.2.4 Pesquisa documental	20
2.3 MÉTODO DE ANÁLISE	21
3. AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA	22
3.1 PROCESSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA	22
3.2 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	29
3.3 A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -PNAS	31
3.3.1 A prática do profissional em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.....	32
4. RELATO DA PRÁTICA NAS OFICINAS DO CRAS - JARDIM DOS MIGRANTES	36
4.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS JARDIM DOS MIGRANTES/JI-PARANÁ	36
4.2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA SOBRE OS OLHARES DO SERVIÇO SOCIAL	38
4.3 PROJETO MULTIPLICANDO SABERES E COMPARTILHANDO IDEIAS	40
4.3.1Objetivos do projeto e metodologias	41
4.3.2 Diário de campo	43
5.CONCLUSÃO	51
REFERENCIAS	53
APÊNDICE	58

1.INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social é recente, tendo surgido no Brasil no ano de 2004. Ela se tornou um direito do cidadão, buscando romper com práticas assistencialistas e troca de favores (SILVA, 2012; IAMAMOTO, 2008) que historicamente marcaram este atendimento, os quais marcaram este tipo de atendimento que era realizado por entidades e órgãos religiosos especialmente (MESTRINER,2001).

Para romper com essas práticas, surgiram leis e diretrizes de oferta de Serviços contínuos, que tem como objetivos promover a proteção social das famílias através da oferta de bens materiais (programas de transferência de renda, benefícios emergenciais e continuados) e Serviços que proporcionem o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos usuários e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. De acordo com as diretrizes, é necessário ofertar esses Serviços às pessoas que recebem programas e benefícios, posto que somente a provisão de bens materiais não suprem as necessidades subjetivas para o desenvolvimento da autonomia e fortalecimento de vínculos (MAIA, 2017, p.2)

O interesse por essa pesquisa surgiu através das observações e intervenções realizadas no campo de Estágio em Serviço Social realizado no ano de 2018, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim dos Migrantes, situado na Rua Padre Cicero 721- Bairro Jardim dos Migrantes- Ji-Paraná/RO. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS foi estabelecido na NOB/SUAS do ano de 2005 e está inserido no Plano Nacional da Assistência Social, no nível de proteção social básica, como unidade pública estatal responsável por executar os serviços caracterizados neste grau de complexidade, e organizar a rede de serviços sócio-assistenciais no âmbito local. Compete ao profissional do Serviço Social no CRAS, articular com o psicólogo e a pedagoga, intervir nas demandas presentes em sua área de abrangência com vista a superar as situações de vulnerabilidade social, garantido assim os direitos de seus usuários/as bem como almejar o empoderamento das famílias, em especial as mulheres referenciadas na oficina “Troca de Saberes”.

Vale destacar que os resultados apresentados também podem servir de base para novas estratégias e articulações realizadas pelos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social CRAS/PAIF, visto que, tem papel estratégico por ser a porta de entrada do sistema, essa situação deve desencadear mudanças

fundamentais e contribuir de forma efetiva na coordenação e articulação das políticas sociais no âmbito do território de sua abrangência, na inserção dos usuários dos serviços da Assistência Social e demais políticas, e ainda na proposição de novos serviços e programas.

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos provocados pela oficina “troca de saberes” no cotidiano das mulheres referenciadas no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná. Contendo ainda os seguintes objetivos específicos: identificar as condições socioeconômicas das mulheres que participaram das oficinas “Troca de Saberes”; verificar junto às mulheres os impactos da oficina na sua vida cotidiana; identificar como a oficina foi capaz de estreitar os laços entre as mulheres e o CRAS; identificar junto as mulheres referenciadas a relevância do trabalho do Assistente Social na oficina. O mesmo foi norteado pela seguinte questão: De que forma o profissional do Serviço Social pode mediar ações desenvolvidas na oficina “Troca de Saberes” no CRAS Jardim dos Migrantes?

A participação dessas mulheres no CRAS se deve ao fato de que a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) objetiva garantir os mínimos sociais, como programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

O Trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz a abordagem do projeto de pesquisa, quais são as metodologias que foram utilizadas para executar a pesquisa, o caminho metodológico que foi seguido, os sujeitos envolvidos, basicamente direciona o leitor a entender de maneira prática o que foi abordado na construção desta monografia.

No segundo capítulo, pretende-se analisar a relevância da família no contexto de formação social brasileira e como se efetiva o trabalho do/a assistente social junto às famílias em situação de vulnerabilidade social. Abordar-se ainda as mudanças ocorridas nos modelos familiares e os novos arranjos que foram surgindo nos séculos anteriores, fazendo apontamentos da atuação do Assistente Social na interação e melhoria das situações de vulnerabilidade social dos diferentes arranjos familiares.

O terceiro capítulo apresenta os resultados quanto ao projeto “Multiplicando saberes e compartilhando ideias”, evidenciando os caminhos percorridos e ações alcançadas através das oficinas, bem como os processos avaliativos e melhorias

dentro das realidades familiares dos usuários do CRAS Jardim dos Migrantes. Finalizando com as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A metodologia é definida como um conjunto de métodos, técnicas e procedimento para a realização de uma pesquisa com temática e objeto bem definido e em contexto determinado. A metodologia é o planejamento na elaboração de um trabalho científico, pois tem como função mostrar os passos trilhados para que se chegue aos objetivos propostos.

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 1985, p.19).

O autor destaca que o método caminha junto e que se tornam impossíveis chegar ao conhecimento científico com precisão. A metodologia adequada facilita o pesquisador chegar a dados qualitativos relevantes para a mudança de atitudes de solução de problemas identificados. O método é que direciona a caminhada do pesquisador no processo de ampliar e articular os dados da realidade com a teoria e a prática de forma crítica, para assim chegar à conclusão e a compreensão da realidade.

A metodologia é ainda a explicação exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa, é o esclarecimento do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados. Segundo Galliano (1986) é um instrumento utilizado pela ciência na sondagem da realidade, mas um instrumento formado por um conjunto de procedimentos, mediante os quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas são examinadas.

A metodologia é essencial tanto na pesquisa teórica quanto na coleta de dados de campo, pois pela combinação de diversas técnicas vai obtendo informações em relação ao problema investigado.

Com isso, compreende-se que a pesquisa qualitativa é uma forma de abordagem que se desenvolve e contempla aspectos que englobam um conjunto de fatores indispensáveis no universo a ser pesquisado.

2.1 MÉTODO DE PROCEDIMENTO: estudo de caso

O método de procedimento se constitui na etapa mais concreta da pesquisa, é o momento do fazer e colocar em ação o que foi planejado. Assim, para este trabalho foi utilizado o estudo de caso por entender que este possibilita compreender a dinâmica do objeto de estudo como assevera Gil (1991,p.78) “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo; tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.” O estudo de caso informa ao pesquisador uma visão ampla dos fatos, possibilitando uma solução para a temática abordada mesmo que esta não esteja totalmente definida (GALLIANO, 1986).

Para Yin (2005, p. 175) “[...] o estudo de caso pode transmitir informações baseadas nas pesquisas sobre determinado fenômeno a uma gama de pessoas que não possui conhecimentos sobre eles”. Democratizar o acesso sobre a relevância do fortalecimento de vínculos familiares na oficina Troca de Saberes no CRAS Jardim dos Migrantes, é um imperativo categórico para o empoderamento das mulheres referenciadas.

2.2. TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS

A coleta de dados está ligada diretamente ao objetivo da pesquisa e ambos possuem a mesma direção, ou seja, se obtém informações para processo de identificação, se desenvolve por diversos modos que vai ajudar o pesquisador no desenvolvimento de forma efetiva ao projeto. O planejamento é primordial para início da coleta de dados, necessita de instrumentos e técnicas definidas para facilitar o processo e compreensão de análises.

Segundo Prates (2003, p.6),

[...] os instrumentos e técnicas são estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto a ser mediado para se chegar a uma finalidade, sendo que quanto maior for o conhecimento teórico, mas ampla é a cadeia de mediações e maiores são as possibilidades de construí-las.

Nesse sentido, as articulações com as redes sociais tais como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Ministério Público (MP), Promotoria da Justiça, Defensoria Pública (DP) CREAS-LA (Liberdade Assistida),

Conselho Tutelar (CT) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) foram articulações necessárias para a construção do projeto e a coleta dos dados.

2.2.1 Observação não participante

Na observação não participante os sujeitos não sabem que estão sendo observado, o observador não está diretamente envolvido na situação analisada e não interage com objeto da observação. Observação não participante também pode ser conhecida como simples. O pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (GIL, 2002).

Possibilita a obtenção de elementos favorecendo os dados sem que o grupo perceba, a descrição é necessária e o registro da observação não participativa depende da memória do pesquisador. Assim a observação consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou conhecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários para os objetivos serem alcançados.

Através da observação é possível construir possíveis hipóteses sobre o tema pesquisado. É possível detectar os elementos norteadores da pesquisa, seu uso é imprescindível em todo o processo de formulação do trabalho, como afirma Ruiz (1991, p.53),

Observar é aplicar a atenção a um fenômeno ou problema, captá-lo, retratá-lo tal como se manifesta. Situa-se a observação particularmente na fase inicial da pesquisa, mas perduras durante todo o processo, alternando-se com a experimentação, pois é necessário observar os resultados das manipulações das variáveis após os experimentos.

Todavia, vale assinalar que a observação é a técnica mais difundida, mas pouco entendida como tal. Ela pode ser traduzida em: ouvir com atenção, não fazer pré-julgamentos e/ou discriminação. Envolve atitudes de perceber, tomar conhecimento de uma situação/demanda ou acontecimento que possa auxiliar a explicar/ou a compreender a realidade dos sujeitos/usuários com o qual o pesquisador está intervindo (SEVERINO, 2007; LAKATOS, MARCONI, 1982).

A observação iniciou desde o primeiro momento de contato com a realidade das mulheres envolvidas na oficina “troca de saberes” oferecido no CRAS/PAIF até

a finalização do estágio em Serviço Social, sempre acompanhada pelo Assistente Social. Para Minayo (1993, p. 70),

Define que o observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

A utilização do diário de campo é uma ferramenta fundamental para o pesquisador, porque possibilita a anotação de observações realizadas, as quais servem como fonte de pesquisa, pois serve ao estagiário em serviço social realizar anotações em seu período de estágio.

Para Lima, Miotto e Prá (2007, p.5):

[...] não é incomum que o registro no diário de campo seja efetivado parcial ou totalmente no momento que lhe é solicitado, abreviando assim a dinâmica processual tanto de análise como das situações atendidas, de planejamento de futuras ações profissionais junto à realidade dos sujeitos atendidos, de reflexão quanto à realidade social em que se encontram estes sujeitos e sua relação com o trabalho profissional desenvolvido num processo que possibilite a articulação teoria-prática e de reflexão dos fatores externos (macrossociais) e internos (microsociais) que interferem na intervenção específica no campo de estágio onde está inserida a estudante.

Em uma pesquisa de campo em que a observação e o levantamento de dados são feitos, o pesquisador para obter êxito e atingir seu foco, saindo de uma visão linear para uma visão ampla, ele utiliza do diário de campo para organizar suas pontuações realizadas durante a sua pesquisa de campo buscando outras questões que podem estar ocultas no cenário analisado.

2.2.2. Questionário

O questionário é um instrumento da pesquisa que utiliza uma lista de perguntas para servir de guia na investigação ou entrevista, cria possibilidades de conhecimentos, oferecendo ao pesquisador informações precisas e necessárias a sua pesquisa. É a forma mais usada na coleta de dados, no qual possibilita melhor exatidão no que deseja questionar.

Sendo uma das partes mais delicadas da entrevista, o questionário somente produzirá resultado se o pesquisador atender as duas condições indispensáveis: o domínio do assunto e o conhecimento necessário de metodologia da pesquisa.

O pesquisador deve deixar claro, quais informações deseja ser colocada desde o início do estudo e qual é o objetivo da pesquisa. Cervo e Bervian (1983, p.138) assinala que “O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral a palavra ‘questionário’ refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma forma que o próprio informante preenche “.

Todo questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra, o que possibilitara coletar as informações e respostas mais reais. Todo questionário deve ter objetividade e finalidade.

2.2.3 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é a fundamentação do tema escolhido pelo autor, que no qual prepara seu projeto baseando nas coletas e dados já obtidos por outros autores que também discutiram e colocaram em pauta esta mesma temática ou um trecho escrito que acrescenta na pesquisa do pesquisador para fundamentar sua ideia ou objetivo. Por sua vez ela recorre às fontes secundária que desenvolvem um papel primordial para o pesquisador, haja vista que utiliza as análises realizadas pelos autores como aponte para corroborar ou refutar as suas ideias.

Segundo Santos (2000, p. 31) a pesquisa bibliográfica “[...] constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados”, dessa forma a pesquisa bibliográfica resume-se em artigos e análises que seja combatível com algo que se encaixe dentro de sua temática e que adequar-se ao autor de referência já que já foi explorada por diversos autores da área que desenvolveram uma linha de raciocínio em cima da problemática que se somara a pesquisa atual. Para Köche (1997, p.126) “Na pesquisa bibliográfica o investigador ira levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação“.

Desta forma a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mais propicia o exame de tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

2.2.4 Pesquisa documental

A pesquisa documental tem como principal característica o fato ou fonte dos dados coletados e campo onde procede a coleta de dados, é um documento, histórico, institucional, oficial, etc. Tendo como significado a busca de informações, sobre fenômenos investigados e realizados para obtenção e produção no conhecimento.

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos de comportamento humano, a fim de poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características, estudam a realidade presente e não a pesquisa histórica.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Toda pesquisa precisa que sirva de fundamentação para o plano, uma dessas maneiras é a pesquisa documental que ao contrário da bibliográfica que se baseia em artigos e ideias já formuladas e estudadas sobre o tema em que o pesquisador está percorrendo, ela é toda voltada à coleta de dados em documentos que tratam e se referenciam a área que está sendo pesquisada.

Na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos ‘de primeira mão’, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. (GIL, 2002, p. 2).

Diante disso pode-se perceber que a pesquisa documental acaba sendo mais complexa, devido os documentos em que serão colhidos os dados da pesquisa ainda não foram analisados por outros autores para que este pesquisador possa obter alguma base, assim seguindo a linha de raciocínio de outros autores sobre seu tema. Mas na pesquisa documental também se obtém vantagens, pelo fato de terem uma fonte rica e concreta de dados obtidos. Para este trabalho, foram analisado as fichas cadastrais das mulheres referenciadas no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) além do Cadastro Único (CADÚNICO).

2.3 MÉTODO DE ANÁLISE

O método de análise utilizado é o dialético, pois esse é método crítico que tem como objetivo mostrar a realidade que envolve o objeto investigado e ao mesmo tempo captar essa realidade levando em consideração as mudanças que se manifestam no meio em que se está inserido.

Neste sentido a dialética nunca será algo concreto e imodificável, pelo contrário ela será flexível e sempre exigira mudanças e transformações a respeito do fenômeno que está sendo estudado, com isso forma-se um ciclo que se renova a cada pesquisa elaborada, “[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa será ‘acabada’, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS, 1982, p. 83).

A dialética será flexível e sempre exigirá transformações a respeito do que está sendo estudado, com isso forma-se um ciclo que se renova a cada pesquisa. Nessa perspectiva Demo (2014, p.16), afirma que:

[...] desafio da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser. História não é apenas acontecimentos, vicissitude, mas gêneses, que, além de contextual, explica. Precisa de um horizonte de ordenação da história que torne manejável cientificamente, pelo menos em termos de regularidades, tendências típicas.

Manter o equilíbrio entre o fazer prático e a teoria, estão relacionados com o método dialético, o pesquisador deve analisar o contexto histórico, em busca de

novas essências através da história para fornecer mais esclarecimentos da realidade onde novos estudos serão realizados. A impossibilidade de atingir a plenitude do real não deve desmotivar o processo de busca pela totalidade. Nesse sentido, Demo (2014) ao analisar a dialética sob a perspectiva marxiana, considera dialética a própria dialética.

3. AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA

Neste capítulo pretende-se analisar a relevância da família no contexto de formação social brasileira e como se efetiva o trabalho do/a assistente social junto às famílias em situação de vulnerabilidade social. Abordar-se ainda as mudanças nos modelos familiares.

Nesta construção evidencia-se as políticas públicas de apoio as famílias e suas transformações ao longo dos tempos, trazendo as mudanças e as inversões de papéis, a autonomia das mulheres na construção da sua identidade diante da sociedade, o processo de aceitação dos novos modelos familiares e a formação social dessas famílias.

A família, ao longo do tempo, tem sofrido várias transformações, ainda assim é a maior agente de socialização e desenvolvimento de seus membros. Na concepção de Losacco (2007, p.64) “ [...] a família é a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. Onde surge o fortalecimento da identidade individual e das histórias pessoais, é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes”.

O autor aponta ainda que a família é lugar de pertencimento, de questionamento, instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação de identidade, espaço privado que se relaciona com o espaço público. Neste capítulo se percebe como a família se transformou com o passar dos anos, na mesma proporção ao que ocorreu ao próprio indivíduo.

3.1 PROCESSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA

O aparecimento do grupo familiar está especificamente ligado à origem da humanidade. Em relação ao biológico e cognitivo houve uma evolução do homem que possibilitou mudanças nas representações familiares. Assim o termo família vem

dos primórdios da civilização, e suas configurações existentes foram desenhadas de formas diferentes pelas transformações no decorrer da história e em cada contexto, porém sempre com significado e com peso relevante para humanidade, principalmente na Idade Média.

Descobertas antropológicas revelaram que homens e mulheres, no início da história da humanidade, tinham tamanho corporal equivalente, não havendo uma divisão rígida entre os papéis sexuais e nem mesmo entre os papéis sociais. As comunidades eram coletivas, tribais, nômades e igualitárias. Todos os membros destas comunidades envolviam-se com a coleta de frutas silvestres e de raízes, alimento dos quais sobreviviam, bem como cabia a todos os membros o cuidado das crianças do grupo. Nas sociedades coletoras, havia mais lazer e mais reciprocidade. As crianças eram ensinadas a serem generosas, não sendo punidas fisicamente e nem demasiado incentivadas à obediência (NARVAZ ;KOLLER, 2005, p. 122).

Desde o início da história a vida do homem mostra o quão essencial foram para a construção da sociedade as relações e os diversos papéis da família na história humana. Segundo Soares (2015, p. 3) “os agrupamentos eram matrilineares, ou seja, a figura importante na sociedade era baseada na organização sob descendência materna, as relações eram casuais e não monogâmicas, sem regras e com liberdade sexual para ambos os sexos”.

A monogamia não foi de modo algum um fruto do amor sexual individual [...] foi a primeira forma familiar fundada não mais sobre condições naturais, mas sociais, particularmente sobre o triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo. Preponderância do homem na família e procriação de filhos que têm que ser seus e que são destinados a se tornarem os herdeiros de sua fortuna, essas foram as únicas finalidades da monogamia (ENGELS apud CANEVACCI, 1985, p. 77).

De acordo com Soares (2015, p.3) “[...] nenhuma sociedade teria vivido à margem de uma forma de institucionalização das relações entre os membros; apesar de não ser algo puramente biológico se tornou um produto de diferentes períodos históricos de organização humana.” Desse modo, pela necessidade de subsistência e sobrevivência foram sendo institucionalizadas com forma de organização familiar. Na Idade Média a família se organizava por linhagem do tipo ampla ou abrangente, incluía parentes, vassalos e amigos. Não havia conhecimento ou noção afetiva de família nesse período, geralmente não existia a vida privada, eles consideravam a rua como um espaço para extensão da rotina e atitudes das pessoas. Neste período,

O convívio familiar não era baseado em construções afetivas, mas sim o de conservação dos bens e de ajuda mútua, uma vez que não era característico das pessoas o isolamento. O estilo de existência era comunitário com

predominância na responsabilidade, cooperação e obediência ao senhor feudal (ARIÈS, 1978 apud SOARES, 2015, p.3)

Novas características são expressas pelas famílias, dentre elas nasce à vinculação e dependência das crianças às mães e da mulher ao marido para seu sustento. Vale salientar que nesse período as mulheres eram vistas como meras reprodutoras, logo havia uma clara diferenciação entre afeto e sexo, pois existiam protótipos morais diferentes para os sexos e um aumento nítido na repressão e retaliação a sexualidade da mulher e das crianças (SILVA *et al* , 2015). As mulheres eram vistas como sendo inferior aos homens, tendo como atribuições funções de reprodução, organização do lar e manutenção afetiva do casamento.

A família se afasta dos lugares comunitários, de praças, de ruas e sua dinâmica passa a ser regulada no interior de seu lar. Com isso, a criança encontra um novo papel diante da sociedade, antes os infantes eram vistos como insignificantes, chegando a se misturarem com os adultos, tendo sido consideradas como mini-adulto, porém esse conceito foi alterado e os jovens infantes passaram a ser preservados e disciplinados de acordo com os conceitos e doutrinas da época (SOARES, 2015, p.3).

A família moderna difere das formas antigas na sua composição e ao papel dos pais e dos filhos. A família se volta mais aos vínculos afetivos, baseia-se na afetividade, no companheirismo, no amor ligado a liberdade e igualdade, justamente pela autonomia da mulher, divisão de tarefas, atribuições dos cuidados com os filhos e filhas e necessidades de uma melhor organização das rotinas da casa (SOARES, 2016).

No Brasil, o contexto da instituição familiar esteve calcada no modelo patriarcal desde os tempos da colonização (SOARES, 2016). Nessa época as relações conjugais eram baseadas em interesses econômicos, em que o patriarca era detentor das posses, os latifúndios, a família, os agregados e os escravos. As relações eram bem hierarquizadas, quem possuía todo poder e autoridade era o homem, depois vinha a mulher e filhos.

As relações eram bem hierarquizada, quem possuía todo poder e autoridade era o homem, depois vinha a mulher e filhos. Havia um grande distanciamento emocional do patriarca com a família tendo como consequência pouca intimidade e proximidade com os filhos, uma vez que os assuntos domésticos eram cuidados pela mulher considerada como reprodutora (NARVAZ ;KOLLER apud SOARES, 2015, p. 4).

Neste contexto, percebe-se a divisão social que reinava na sociedade foi transplantada para a família, que apesar das transformações societárias, tal configuração ainda persiste na qual homem é responsável pela manutenção da

unidade familiar, esta marca indelével da história no qual coloca a mulher em uma posição de subalternidade.

No final do século XIX e começo do século XX surge então a era do romantismo como o processo de inicialização familiar das relações vindo então à transição do modelo racional para o campo dos sentimentos, neste contexto as mulheres passaram a ter um papel afetivo dentro do lar, a amorosidade poderia ser expressada pelo homem, não apenas no contexto da reprodução, mais das escolhas amorosas (BILAC,2000). A Igreja nesta era Romancista também teve seu papel conforme destaca Soares (2015 p. 4) “O catolicismo teve grande influência nesta nova visão de família, de sociedade e de mundo, gerando um modelo que prioriza a união por afetividade, estabelecendo como protótipo familiar a ‘Sagrada Família Cristã’.

Nesta construção, vai se identificando as interferências externas no modelo de família. Prandi (1975) considera que o catolicismo tende a orientar as condutas e a assumir uma posição de legitimação das mudanças sociais e do poder das classes dominantes, ficando a religião como uma ideologia que orienta e aponta as mudanças e as condutas dentro e fora do contexto familiar. Vasconcelos (2013, p. 91) aponta que “a igreja se encontraria, então, em processo de aggiornamento, modernização em que o catolicismo passa por ajustes para adequar seu conteúdo, valores e práticas para emprestar à sociedade moderna significados religiosos”.

Vasconcellos (2013) aponta ainda que existe uma modernização com relação às famílias, com isso a igreja/religião precisa dar orientações, em seu estudo evidenciou-se que a orientação moderna cresceu em média 2% ao ano em detrimento a uma orientação mais tradicional, visto que os modelos de família estão mudando. A autora aponta mudanças como: O reconhecimento da importância da educação escolar, a concepção do matrimônio como auto realização com livre escolha dos parceiros, a diminuição da dominação absoluta do homem, a dissociação de sexo e pecado, a liberação da prática sexual na vida conjugal associada à procriação, aceitação do controle de natalidade pelo método de abstenção nos dias férteis e aceitação com restrições do trabalho remunerado feminino e da sua participação em atividades profanas.

A orientação tradicional baseada em valores religiosos cai de 90% em 40/45 para 30,4% entre 1966/71. A utilização de valores ético-religiosos como fundamento ou justificativa das orientações dadas cai em média 0,9% ao ano sendo substituídos, a partir da década de 60 pelos argumentos científicos vindos da vulgarização da psicologia. Até 1955 a religião foi o

único agente norteador de condutas, mas os métodos ético-religiosos sofreram um decréscimo de 0,8% ao ano, sendo a educação o tema mais secularizado. (VASCONCELLOS, 2013, p.91)

O surgimento e a busca do conhecimento científico no final da década de 60 fez com que surgisse manuais para os pais/mães sobre educação, apontando os novos contrastes de família e papéis sociais dentro dela. Nestes apontamentos foram questionados o papel masculino, a educação dos filhos, a afetividade, divisão de papéis, as ideias emancipadoras das mulheres, a participação ativa dos homens na educação dos filhos. Neste processo Vasconcellos (2013, p.93) destaca que:

Na década de 1970 surge o homem público e político, a noção do pai-amigo, a ênfase na família e o discurso dos especialistas ganha cada vez mais peso. Nos anos 1980 observa-se uma postura progressista na defesa da dignidade humana e a dimensão social e política da fé. O ideal masculino passa a ser o homem cristão que vive para a família e para o próximo. Por fim, nos anos 90 o ideal de homem cristão voltado para projetos sociais se enfraquece, mas o discurso igualitário ganha ênfase.

Percebe-se no processo histórico que a igreja moldou por um longo período de tempo o modelo ideia de família, entretanto, com o passar do tempo, a Igreja ganhou o papel de orientar, para que a dimensão da afetividade e do cuidado estivesse presente nos modelos familiares, possibilitando ainda discutir os diferentes tipos de família e suas possibilidades, claro que se evidencia estereótipos de religiões que crucificam alguns modelos de famílias como as homoafetivas, e isso deverá ser uma busca por melhorias e aceitação que terá que ser conquistado com o tempo.

Neste processo de transformação da vida social que antes era fundamentada de maneira mais controladora pela igreja, foi surgindo o advento do período industrial que desenvolveu o capitalismo, assim o trabalho feminino nas fábricas foi requisitado. E é a partir dessa mudança que a organização familiar passa por um novo processo e insere-se em um sistema capitalista por meio da Revolução Industrial, modelo este que foi dando um novo formato ao conceito de família e a atuação das mulheres na sociedade.

A procriação deixou de ser a finalidade do matrimônio e seus objetivos centrais se solidificaram nos bens econômicos e psicológicos do casal. Esta nova construção incentivou as famílias a ficarem cada vez menores, uma vez que se colocou o custo econômico de uma sustentabilidade em primeira esfera, sendo assim se passou a optar por cada vez menos filhos, também porque estes não lhe trariam mais ajuda financeira na execução dos trabalhos, mas deveriam ser mantidos até a idade adulta (GOMES, 1998 apud SOARES. 2015, p 4).

Com as transformações provocadas pela Revolução Industrial surgem o novo conceito de família denominada nuclear, sendo essa caracterizada por uma organização familiar limitada ao marido, esposa e a prole, que convivem em uma propriedade privada, sendo regulamentada exclusivamente pela autoridade restringida aos pais. O homem passou a ser o provedor e a mulher a cuidadora do marido, dos filhos e também do lar. Vaitsman (1994 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 5) aponta que “No período de 1920 a 1940, predominava a família nuclear, com muitos filhos, havendo uma hierarquização clara nas relações familiares e uma divisão de tarefas em função do gênero”.

Na segunda metade do século XX, a família do mundo ocidental sofre mudanças e transformações de forma irreversíveis. Serpa (2010, p. 1) aponta que:

[...] as desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não se definiram a partir do econômico, mas, especialmente, a partir do cultural e do social, formando daí as representações sociais sobre as funções da mulher e do homem, dentro dos variados espaços de convivência, ou seja, na família, no trabalho, na escola, na igreja, na prática desportiva, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade.

Vão surgindo neste contexto temporal, reflexões acerca da valorização da mulher na sociedade, o movimento feminista foi surgindo e ganhando força, as mulheres buscavam seu espaço no mercado de trabalho e queriam fazer parte das decisões. Ainda na construção de uma nova identidade familiar se destaca os Movimentos Sociais que passam a mobilizar e levantar questionamentos acerca dos papéis sociais.

[...] a mão de obra feminina que foi requisitada para o mundo do trabalho, o movimento feminista que questionou o posicionamento da mulher na sociedade e o advento da pílula anticoncepcional que separou a sexualidade da maternidade. Havia sido dada a largada para uma nova era relacional” (CHAVES, 2006 apud SOARES, 2015, p12).

Após esse período, surge a denominada família pós-moderna, sendo esta fruto de movimentos revolucionários e das lutas da década de 60, esse modelo familiar tem como características a juvenilização dos seus membros, liberação dos costumes das famílias anteriores, quebra na autoridade paterna e fortalecimento da autoridade materna e também o surgimento de relacionamentos virtuais. Sanda (2007, p.32) aponta que:

a juvenilização do mundo, embora tenha contribuído muito para a transformação da família e do comportamento de seus membros, não foi o único fator importante para tal mudança. Não se pode desconsiderar a parte que coube aos movimentos sociais das décadas de 60 e 70,

principalmente o feminista. Com esse movimento, as mulheres, cada vez mais insatisfeitas de pertencerem ao ambiente doméstico – constituído pela maternidade e pela execução de tarefas domésticas –, passaram a reivindicar uma participação maior no mundo, desejando se realizarem individual e profissionalmente. Nessas condições, a maternidade, vista por certos grupos feministas como um empecilho para o pleno desenvolvimento da mulher, começou a ser questionada e planejada. Em um primeiro momento, esta foi adiada para depois da conclusão dos estudos e, em um segundo momento, para depois da realização profissional.

De acordo com Soares (2015), a mulher adquiriu sua independência financeira e trouxe a possibilidade de igualdade e partilha nas questões dos trabalhos domésticos e para os homens estes passaram a não ser únicos a prover o sustento familiar, libertando-se do papel do autoritarismo e afugentamento afetivo dos filhos. Claro que vamos percebendo muita resistência neste empoderamento das mulheres na sociedade, justamente por questões culturais enraizadas. Tais como a herança cultural que o patriarcado construiu na América Latina tendo este que ser amenizado e superado à medida que a sociedade fortalece seu caráter democrático e busca transitar para a instauração de relações sociais de sexo/gênero mais justas, ou seja, ainda existe muito que se avançar para igualar os homens e mulheres e suas atribuições (CRUZ, 2018).

Logo foram estabelecidas novas formas de se relacionar e de estar inserido no contexto familiar. “Obviamente, as repercussões foram inegáveis para a divisão de papéis sexuais, tanto no espaço público quanto no espaço privado, incluindo o da família” (CHAVES, 2006 apud DESSEN;POLONIA, 2007). Todavia, esta independência nos papéis assumidos por ambos os gêneros possibilitou novas perspectivas, embora sem aceitação total da sociedade. Um ponto muito interessante durante os anos 60 até os anos 80, período esse de transições e transformações, foi à diminuição significativa no número de filhos, entre dois a três, em média. Os estudos realizados por Ribeiro (*et. al.*, 1998) e Dessen;Polonia (2007) apontam que existem três fatores em especial que influenciaram nessa mudança: a entrada da mulher no mercado de trabalho, a crise econômica dos anos 80 e o surgimento de novos valores de criação dos filhos. Essas mudanças foram reflexos também da propagação da pílula anticoncepcional, a regulamentação do divórcio, a baixa fecundação e o aumento expressivo no nível de escolar feminino bem como o melhor acesso à informação e respectivamente a esses pontos citados surge um aumento de casais sem filhos e com união consensual.

Já na década de 90, que foi marcada por profundas mudanças no contexto familiar, justamente pelos posicionamentos das mulheres frente a sociedade. Aproximadamente 47% dos domicílios passaram a se organizar na ausência de, pelo menos um dos pais, nesse período novos modelos de família surgiram, porém, a nuclear ainda permanecia em evidência (PEREIRA, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

As mudanças referentes aos grupos familiares são decorrentes das mais variadas configurações existentes no desenvolvimento da sociedade, podendo existir distinções entre grupos familiares, como cultura, e avanços tecnológicos, mas o principal foco como visto é o interesse econômico.

3.2 FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Anteriormente percebe-se que a família era um contexto mais particular centrado em um ambiente mais fechado, onde a centralização no homem era notável, com as mudanças, essa centralização foi sendo desfeita e as atribuições foram sendo estendidas as mulheres.

As famílias no século XXI são sinônimo de mudanças que emergem nos padrões difusos do relacionamento, como destaca Sarti (2010, p. 21), “desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar e instituiu a dimensão familiar, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referentes relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico”. O desenvolvimento tecnológico foi crucial, não só em termos econômicos, mas também em todo o contexto social e familiar para inovação das formas de produção e reprodução da família.

A mulher apesar desse desenvolvimento, continua a ser desvalorizada, no entanto, tem mais autonomia diante da família e desenvolve possibilidade de escolhas em relação ao seu corpo e sua vida como um todo. As conquistas de espaço da mulher na sociedade também se tornam evidentes. Da mesma maneira, a sociedade, em seus vários níveis, tornou-se mais plural, e como não poderia deixar de ser, desde então, a família tem experimentado uma pluralidade de modelos coexistindo simultaneamente, no campo e na cidade.

A família monoparental, unilinear, fenômeno este que não é novo no Ocidente, pois sempre existiram pessoas que criaram e educaram seus filhos/as

sozinhos, no entanto, a partir dos anos 60, ocorreu um aumento considerável de divórcios e este tipo familiar saltou aos olhos da sociedade. Segundo Nabinger (2009, p.47) “[...] no Brasil, mais de um quarto das famílias é chefiada por um único adulto, geralmente a mãe que vive com seu filho”.

A característica fundamental desta família é a possibilidade dos filhos se manterem na casa dos pais pelo tempo que quiserem não tendo o compromisso de instituir sua própria família e os pais estimulam a dependência do jovem adulto.

Para Nabinger (2009, p.47) a família homoafetiva, é caracterizada pela “[...] legitimação e a legalização das relações sexuais no mundo”, as famílias homoafetivas são frutos das lutas das classes pela sua legitimação. A homossexualidade não tem sua origem recente, como muitos imaginam. Ela acompanha a humanidade desde seus primórdios, estando presente em boa parte das civilizações e épocas. Sua prática é bem antiga e comum e pode ser verificada também entre variadas espécies de animais. Estudos a respeito apontam que existiam homossexuais até mesmo antes de Cristo e que os mesmos eram concebidos como algo natural em determinadas sociedades.

A homossexualidade existe e sempre existiu, mas é marcada pelo estigma social, sendo renegada à marginalidade por se afastar dos padrões de comportamento convencional. Por ser fato diferente dos estereótipos, o que não se encaixa nos padrões é tido como imoral ou amoral, sem buscar-se a identificação de suas origens orgânicas, sociais ou comportamentais (DIAS, 2005, p. 17).

Em 05 de maio de 2011, momento em que foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal - STF o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, podendo, assim, consolidar a relação por meio da união estável. Com a decisão, os homossexuais passaram a ter alguns direitos que por muito tempo eram exclusivos dos heterossexuais, tais como: direito de comunhão parcial de bens, direito a pensão alimentícia no caso de separação, direito a pensão do INSS em caso da morte do parceiro, direito de colocar o companheiro como dependente em Planos de Saúde, direito a mencionar o parceiro como dependente ao declarar o Imposto de Renda, direito a adotar crianças, não dando, agora, preferência apenas a casais heterossexuais constituindo assim uma família.

Portanto, temos que a ideia de família já avançou consideravelmente, logicamente ainda há resquícios de um conceito antigo de família na sociedade atual, afinal, não se trata de um conceito universal, sendo a família composta por indivíduos, cada qual com uma maneira única de pensar. Porém, em um contexto

generalizado, percebemos que o ideal de família evoluiu junto a sociedade, evolução esta que ainda não se findou, vez que, como já dito, o conceito e a ideia de família são voláteis e está em constante alteração.

3.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PNAS

A Constituição Federal (1988) traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira nela esta inclusa o âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) criada em dezembro de 1993, como política social pública, com isso a assistência social inicia seu trânsito para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A Política de Assistência Social no Brasil faz parte de um Sistema de Proteção Social amplo, denominado Seguridade Social. Pretende-se configurar a compreensão dentro da Política Nacional de Assistência Social a proteção básica. Desta forma, a PNAS expressa o conteúdo da Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social orientado por um documento específico nacional e suas diretrizes (PNAS ,2004, p.7).

Nela se destaca o atendimento de proteção social básica e está estruturado e organizado nos territórios onde se localizam as áreas de maior vulnerabilidade social.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização(PNAS, 2004, p.19).

Conforme a PNAS (2004) determina e orienta que os serviços de proteção social básica deverão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de Assistência Social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de Assistência

Social da área de abrangência dos CRAS, destinado principalmente à população que vive em vulnerabilidade social.

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O CRAS prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização, todas essas orientadas pelas normativas do PNAS.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF é um dos serviços ofertados no CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de qualidade de vida, trabalhando questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, ao envelhecimento e a deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências e reconhecimento de possibilidades. (PNAS, 2004)

3.3.1 A prática do profissional em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social: CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná

O Centro de Referência da Assistência Social-CRAS é uma unidade pública, de referência local ou regional, que presta serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, visando à atuação em seu contexto comunitário, fortalecendo vínculos.

Os CRAS são responsáveis diretos pela execução dos programas e projetos municipais, estes contam com equipe e funcionários na área administrativa, além de psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e estagiários que trabalham na prevenção. Conforme a PNAS(2004),

os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. (p. 25)

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros e constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (SILVA, 2012).

Realiza ainda, sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem à sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, 2004).

Diante disto, a importância do/a profissional Assistente Social no CRAS deve estar sempre pautado em seu Código de Ética Profissional; na Lei nº 8.662 (regulamenta a profissão); na Lei nº 8742 (Lei Orgânica da Assistência Social); e em leis complementares para sua atuação como por exemplo: Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei 10.74 (Estatuto do Idoso); Lei 8213 (Lei da Previdência Social).

A atuação do profissional enquanto agente emancipador junto ao cidadão norteia-se em seu Código de ética, justamente pelos diversos processos de renovação que o Serviço Social vivenciou, com todas as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, e com seu reconhecimento academicamente e legitimamente foi-se materializando as conquistas teóricas e ganhos práticos normatizando assim a

necessidade de um documento que orientasse e organizasse a profissão, surgindo assim o Código de Ética Profissional (BRASIL,1993).

Segundo Iamamoto (2003, p. 23) “embora o Serviço Social seja regulamentado como profissão liberal, não tem essa tradição a sociedade brasileira”. Sendo assim a autora destaca ainda que:

A formação dos assistentes sociais é um dos eixos fundamentais do projeto ético-político profissional que vem sendo construído e consolidado desde a década de 1980. Tem como um de seus marcos a elaboração de novas diretrizes curriculares, que buscam um perfil profissional dotado de competência teórico-crítica e técnico-política, comprometido com valores democráticos e ético-humanistas na defesa de uma “nova cidadania coletiva, capaz de abranger as dimensões econômicas, políticas e culturais da vida dos produtores de riqueza, do conjunto das classes subalternas” (Idem, 2003, p. 185).

Neste sentido, o Assistente Social é o profissional com competências técnicas e metodológicas para atuar com as famílias em função de seus direitos e acesso a assistência social quando em situação de risco ou vulnerabilidade social. De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Há um conjunto de princípios orientadores para intervenção dos profissionais na Política da Assistência Social que aliados aos direitos socioassistenciais, contribuem de forma efetiva na função de proteção social as famílias, como apoiar as famílias para ampliação de sua capacidade protetiva, autonomia e superação das situações de vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais, no fortalecimento do protagonismo, participação social e a construção coletiva de projetos societários que incluam mudanças na realidade onde vivem (BRAGA, 2014).

Por fim a família é lugar de aprendizado, reprodução de emoções e onde se inicia a construção da identidade do indivíduo como cidadão, sendo preciso à garantia e emancipação de uma forma contributiva expressiva diante a sociedade.

A família representa o núcleo mais primitivo, onde se formam e se desenvolvem os hábitos, atitudes e comportamentos que serão reproduzidos

durante toda a vida. A importância dos programas preventivos e educativos com essas famílias para que se possam introduzir bons hábitos se torna fundamental.

Iamamoto (1999, p.20) expõe com bastante clareza como deve ser a atuação do profissional de serviço social na contemporaneidade quando diz que “os profissionais da contemporaneidade devem romper com a visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos”. Pois o assistente social hoje irá formular e participar das políticas públicas, bem como atuar na gestão das políticas sociais, sendo assim evidenciamos a atuação dos profissionais assistentes sociais em todos os espaços, incluindo uma participação mais ativa nos programas que envolvam as famílias, formulando assim uma ação mediadora que atenderá os diversos indivíduos do ambiente familiar.

Como evidenciado neste capítulo, apontamos a necessidade de profissionais que priorizem o atendimento integral da família, propiciando a todos e todas, atendimento de qualidade, seguindo as normativas de políticas públicas, de acordo com o código de ética da profissão, agregando as PNAS a resolução de situações de riscos na sociedade.

4. RELATOS DA PRÁTICA NAS OFICINAS DO CRAS - JARDIM DOS MIGRANTES

Neste capítulo buscar-se- a explicar as vivências de estágio. Este registro tem como objetivo reunir os resultados obtidos através da intervenção realizada durante o período de julho a novembro de 2018 no Estágio em Serviço Social II, realizado no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica das SUAS que tem por objetivo a orientação e prevenção com ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais no território por meio de desenvolvimento e potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Através do processo de Estágio II, ao ressaltar o tema “O resgate dos vínculos familiares das mulheres referenciadas no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná” teve como objetivo prevenir situações de riscos por meio de potencialidades e aquisições, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, cujo seus programas, projetos, serviços e benefícios, destinam a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, e fragilização de vínculos afetivos.

O compartilhamento de informações e a construção de saberes de forma comunitária onde todos desenvolvem dentro e fora da instituição à ampliação de cidadania criando possibilidades de superação de problemas e futura geração de renda pelo que foi compartilhado

Diante do exposto o contexto deste caracteriza pelas atividades em local, no qual se pode observar que a formação prática, oportuniza a junção entre o conhecimento teórico adquirido em sala de aula e o trabalho do Assistente Social se faz através da Atenção Básica.

4.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS JARDIM DOS MIGRANTES- Ji-Paraná

Os Centros de Referência de Assistência Social são unidades pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, O CRAS se caracteriza como a principal porta de entrada das SUAS, ou seja, é uma unidade que propicia o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Os recursos financeiros utilizados pelo CRAS são repasses do Governo Federal com contrapartida da Prefeitura Municipal, a instituição conta com esses recursos para planejar as ações, implantar e desenvolver os projetos e programas.

Na unidade do CRAS é desenvolvido o PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família, um programa de obrigatoriedade a ser ofertado somente nos CRAS, com Cadastro Único, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-Paraná localiza-se na Rua Padre Cícero, 721- Bairro Jardim dos Migrantes. A Instituição foi inaugurada no dia 16 de abril de 2007, responsável em atender toda a comunidade do território e os demais bairros do primeiro Distrito.



FIGURA 1: O CRAS

FONTE: <https://www.google.com/search?q=CRAS+Jardim+dos+Migrantes+de+Ji-Paraná> :

O CRAS - Jardim dos Migrantes possui uma área de ocupação de 144m, possui 09 funcionários, a equipe multiprofissional tendo atualmente na área técnica como coordenadora Maria Antônia Dias Castilho Lock, Assistente Social Alexandra Roque dos Santos, Psicólogo Guilherme Cyro Sansaloni Ferreira, Pedagoga Mirian Madalon Vitorino de Oliveira Paiva e Estagiaria remunerada em pedagogia Debora

Rodrigues de Souza, agente administrativo Abssaléia Moreira de Souza, Eulina Alves de Queiroz Baltazar, Monitora de oficinas Juraci Tanazildo da Costa, Zeladora Marli Soares da Silva.

Os atendimentos acontecem de segunda à quinta-feira das 07h30min às 17:30 e as sextas-feiras 07h30min às 13h30min. Seu espaço físico conta com: recepção, sala de coordenação, auditório, sala de oficinas, sala de atendimento dos técnicos, sala de brinquedoteca, copa, conjunto de instalações sanitárias, pátio para realizações de atividades recreativas.

Sua gestão Municipal é composta pela Secretaria Municipal de Assistência Social Maria Sonia Grande Reigota e Coordenadora Geral de Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica e Especial pela Assistente Social Lidiane Tanazildo da Costa.

O referido CRAS atende cerca de 500 famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, oferecendo dentro de sua área de abrangência Grupos de acompanhamento psicossocial e socioeducativos com a pedagoga, reuniões com ações comunitárias, visitas domiciliares, palestras educativas, oficinas de artesanatos, aulas de Inglês, zumba e flauta, atendimentos individualizados e coletivos com crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiências e o Serviço de Atenção Integral as Famílias - PAIF.

4.2. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA SOBRE OS OLHARES DO SERVIÇO SOCIAL

Vale destacar conforme visualizamos nos capítulos anteriores, os diferentes conceitos de famílias e suas mudanças no passar do tempo. O estudo buscou apresentar os novos arranjos familiares e o conceito de família na contemporaneidade visando assim os desafios colocados no campo de atuação da Assistência Social.

Este estudo permitiu observar que apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo na vida familiar ela permanece transformada em uma pluralidade de formas e a atuação do assistente social no atendimento e acompanhamento às mesmas é compreendida na sua pluralidade colocando para os profissionais o desafio de atuar frente as mais variadas estruturas manifestas na sociedade atual (CHRISTIANO; NUNES, 2013).

A visão do/a Assistente Social no contexto atual ser mais ampla a ponto de sem julgamentos perceber os novos arranjos familiares, olhar com uma visão acolhedora, sem criticar, apontar erros e falhas, levando em consideração que hoje não é possível considerar apenas um modelo familiar existente na sociedade.

Conforme destacam Christiano e Nunes (2013, p.) as “[...] transformações ocorreram como: divórcio, os métodos contraceptivos, o crescimento das indústrias, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outras tantas mudanças que trouxeram para a família alterações, sendo estas responsáveis pela diversidade de tipos familiares”. Vale ressaltar nestes modelos familiares que isso não significa que as mesmas se encontram enfraquecidas, apenas deixam de ser um único modelo para se transformar em outros.

Nesta percepção de mudança social, faz-se necessário falar da atuação do Serviço Social junto a seu papel fundamental de intervenção profissional no contexto familiar. Podemos confirmar essa temática a partir dos esclarecimentos de (NADER, apud MIOTO, 2004) “[...] os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda a sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos, e em outros a tiram de cena”. Sendo assim, o/a Assistente Social percebe essas famílias de diferentes formas e em diferentes contextos temporais, além dos diferentes lugares que elas se formam e estão inseridas.

[...] a família deve ser vista sempre em transformação e é sobre essas mudanças que o Serviço Social vem atuando com as famílias. Diversas são as configurações familiares onde o profissional está inserido na contemporaneidade e deve estar atento também em conhecer e além de tudo compreender as diversas estruturas familiares existentes na sociedade, tendo constante preocupação em não julgar, e acima de tudo respeitar as famílias atendidas pelo profissional. (CHRISTIANO;NUNES, 2013, p.43)

Com isso a Assistência Social precisa conhecer o modelo de família que está atendendo, primeiro para não usar de falas que poderiam se tornar preconceituosas, por não saber o modelo familiar ao qual diante. Neste sentido, o/a profissional da Assistência Social, deverá também ter um perfil investigativo, para de certa forma analisar a família que está sendo atendida buscando assimr metodologias adequadas para criar alternativas que melhor atendam as particularidades daquela família.

As autoras citam que o Serviço Social deve estar comprometido em ter um trabalho com qualidade, prestando atenção para as modificações que ocorrem na sociedade, buscando repensar e recriar formas de atendimento voltadas para a defesa da universalidade, pautando a sua atuação no seu projeto ético-político e no interesse da população e das famílias. Sendo assim a atenção às mudanças que ocorreram nos arranjos familiares devem sempre ser avaliados.

Ao analisar o crescimento dos novos arranjos familiares cabe ressaltar também conforme mencionado acima que sua atuação seja livre de preconceitos, que a visão não seja restrita ou fantasiada de padrões familiares, ou doutrinas religiosas, assim o/a profissional de Assistência Social precisa sempre respeitar, compreender, e além de tudo, conhecer os arranjos familiares, se libertando do padrão familiar ideal. O Código de Ética do serviço de Assistência Social (1993) afirma que “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”.

A visão ampliada do conceito de família vai permitir ao assistente social superar a referência da família única (baseado no modelo nuclear: pai, mãe e filhos), obtendo assim a compreensão dos tipos familiares existentes, possibilitando um atendimento de qualidade, viabilizando acesso a informações, orientando quanto aos seus direitos, trabalhando sempre com uma visão de fortalecimento das famílias e emancipação dos mesmos. É importante frisar que trabalhar com famílias é a todo o momento desafiante, pois aparecem barreiras frequentemente. Deve-se conseguir superar os obstáculos através de um trabalho baseado em estudos constantes, analisando as demandas e sempre levando em consideração o Código de Ética Profissional, um referencial teórico-metodológico para orientar as ações. (CHRISTIANO; NUNES, 2013, p.45)

Neste sentido, os agentes de Assistência Social lidam com essas mudanças no dia-a-dia, além de outras situações como o desemprego, a violência e os abusos, entre outros. Sempre necessário rever as práticas, buscando fomentar metodologias adequadas para atender aos usuários.

4.3 PROJETO MULTIPLICANDO SABERES E COMPARTILHANDO IDEIAS: “TROCA DE SABERES”

Dentro do processo de construção da pesquisa o projeto “Multiplicando saberes e compartilhando ideias” fomentou a construção de ideias e oficinas que

possibilitaram ações de combate a vulnerabilidade social. Neste tópico foi apresentado alguns pontos mais relevantes do projeto.

O município de Ji-Paraná está localizado na região centro do Estado de Rondônia, com população estimada de 127 mil e 907 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2018). Conforme o censo 2010 a população de Jardim dos Migrantes é distribuída entre homens e mulheres. A População masculina representa 2.910 habitantes, e a população feminina, 3.151 habitantes. (IBGE, 2010).

É um território que apresenta diversas vulnerabilidades, entretanto conta com a presença de um CRAS que atende famílias em situação de pobreza, sem acesso ao usufruto de direitos, sem acesso a benefícios e serviços socioassistenciais. Através deste projeto foi oportunizado o acesso à arte e momentos de intervenções sociais, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários inscritos e seus familiares, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida, promoção da saúde mental, o desenvolvimento de habilidades artesanais e sociais possibilitando ainda fomentar a renda das famílias que residem neste bairro e entorno, na construção do empoderamento e cidadania de cada indivíduo.

4.3.1 Objetivos do projeto e metodologías

O projeto em questão, realizado dentro do CRAS Jardim dos migrantes foi possível realizar intercâmbio de conhecimentos, gerando renda e contribuindo para amenizar a situação de vulnerabilidade social dos usuários atendidos pelo CRAS e suas famílias.

Com a oficina foi possível oportunizar a troca de conhecimento entres os indivíduos, fomentando que os próprios cursistas também fossem apresentando os seus talentos, desenvolvendo habilidades que possibilitem o protagonismo social, não se esquecendo de verificar cada atividade com profissionalismo possibilitando o protagonismo social, afetividade e a solidariedade. Nesta construção o Assistente Social fomentou que o oficineiro/a transmitisse o saber específico a cada oficina, conscientes da individualidade de cada um/uma oportunizando o empoderamento ao indivíduo, fortalecendo os vínculos entre o grupo e seus familiares. Sendo que houve a possibilidade de se atentar perante as observações não participante caso de violações de direitos e conflitos familiares, com a pessoa idosa e crianças e adolescentes.

Nesta construção de oficinas as metodologias precisavam estar claras, de maneira a facilitar ao máximo o processo de aquisição das informações e instruções para realização das mesmas. As oficinas foram desenvolvidas nos meses de julho a novembro de 2018. Este primeiro período de atividades aconteceu nas dependências do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do bairro Jardim Migrantes, as oficinas aconteceram semanalmente, (grupo intergeracional), nas terças no período vespertino, perfazendo um total de aproximadamente 02 horas e 30 minutos para cada oficina.

O projeto contou com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), através do CRAS, disponibilizando o espaço físico e profissionais, que acompanharam e executaram as oficinas. As despesas das oficinas foram custeadas pelo (SEMAS), assumindo assim o custeio dos materiais necessários para a execução do projeto.

Os processos de fomentações das oficinas funcionaram primeiramente pensando no espaço físico para realização das aulas, bem como, organização deste espaço para acolher melhor os usuários inscritos. Posteriormente, foi aberto para que o público alvo do CRAS procurasse as dependências do mesmo, para inscrições nas oficinas, dentro de uma data limite previamente definida. Esses processos foram bem tranquilos, com apoio da equipe da própria unidade do CRAS.

Na acolhida inicial, foi apresentado o projeto, o cronograma dos encontros, momento em que os inscritos também tiveram liberdade para apresentar seus questionamentos e sugestões, a fim de melhor atender os anseios e necessidades da maioria, concluindo com uma breve palavra do psicólogo do CRAS, Guilherme Sansaloni, dentro de uma abordagem motivacional para que os presentes não desistissem do curso, e quais seriam os benefícios que as oficinas gerariam no fomento a família e as situações de vulnerabilidade social.

As oficinas foram destinadas a homens e mulheres a partir de 14 anos, que necessariamente precisariam estar credenciadas ao CRAS (possuírem o Cadastro Único). Porém houve inscrições somente de mulheres.

O processo avaliativo das oficinas se deu através de feedbacks dos próprios participantes e da equipe articuladora, bem como na construção de um relatório/documento instrumental para verificação e análise reflexiva quanto aos pontos negativos e positivos observados no decorrer do projeto.

4.3.2 Diário de campo

Em estudos realizados durante os estágios observam-se as demandas do CRAS, ele presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para família, seus membros e comunidade, buscando o fortalecimento da Rede. Articula indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF, tais como: acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativo de convivência ou por ações socioassistenciais.

A partir disso, conforme as exigências do estágio em Serviço Social II foram oportunizadas fazer uso de vários instrumentais para desenvolvimento das intervenções dentro do Centro de Referência de Assistência Social. Conforme Lewgoy (2009, p.20) “O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório que integra um conjunto de atividades que o aluno desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um docente Assistente Social, supervisor acadêmico e supervisor de campo”.

As atividades realizadas durante o estágio II em Serviço Social no CRAS Jardim dos Migrantes, nada mais são que o processo de trabalho desenvolvido pelo Assistente Social na Instituição, esses usados no objetivo de amenizar conflitos intrafamiliar e questões de vulnerabilidade social dos usuários.

Os profissionais da área da assistência social, especialmente os assistentes sociais, devem ressaltar sempre a importância em se compreender plenamente a dinâmica familiar e as características de todos os tipos de famílias brasileiras. Hoje, ainda que as famílias sejam convidadas a serem parceiras dos projetos e programas, não se investe no atendimento de suas tramas relacionais, sua dinâmica, suas dificuldades e principais problemas visando às devidas soluções, orientações ou respostas (TAVARES, , 2010, p.78).

Foi possível observar a necessidade de um projeto de intervenção, no resgate do vínculo familiar no CRAS Jardim dos Migrantes de Ji-paraná. Sendo trabalhado a cada momento a importância do vínculo familiar, o CRAS Jardim dos Migrantes disponibiliza vários projetos dentre eles “Troca de Saberes” que é muito bem sucedido. Neste projeto cidadãos (os) comuns ensinam algo que sabem e aprendem com outras pessoas aquilo que não sabem, além de oportunizar o acesso a arte e momentos de intervenções sociais, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários inscritos, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida, na promoção da saúde mental, desenvolvimento de habilidades artesanais e sociais das famílias, na construção do empoderamento e cidadania de cada indivíduo.

Os serviços disponibilizados no CRAS seguem o nível de proteção Social Básica desenvolvendo ações onde atuam com a população usuária em um contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio familiar e comunitário de forma saudável. Busca integrar esta população em outros serviços socioassistenciais do município, garantindo assim acesso da população em toda a esfera, mantendo em execução o serviço da inclusão social (BRASIL, 2019).

Junto à Assistente Social e equipe, foi desenvolvido planejamentos e execução das metas e ações das intervenções dentre elas: dinâmicas, palestras, atividades socioeducativas, aplicação de questionário social, oficinas de bonecas, caixas de presentes confeccionadas a partir de material reciclável, laços de fitas, patch applique. Estas atividades visam ainda, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciada.

A família tem sido apontada como um elemento fundamental de proteção social para os seus membros, assumindo, ainda, maior importância como fonte de suporte material e afetivo.

Quando foi realizada a aplicação do questionário semiestruturado, para Grupo Troca de Saberes com orientação da supervisora de campo no qual serão tabulados os dados coletados.

Instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados (ANDRADE, 2009, p. 132-133).

Foram elaboradas as questões sob orientação da Supervisora de Campo e conforme as informações desejadas como forma de contribuir para desenvolvimentos do grupo, contribuindo para melhoria e qualidade de vida. O questionário (em apêndice) possui 11 questões entre elas fechadas e abertas questionando quais as áreas de trabalhos os pesquisados achavam que deveriam ser prioridade no projeto, quais deveriam ser prioridade na área da educação e quais deveriam ser prioridade na área social.

Através da aplicação do questionário podem-se obter resultados para dar prosseguimento ao Projeto Troca de Saberes, houve dedicação por parte das usuárias no qual o objetivo foi alcançado que é descobrir o perfil e talentos no grupo para que as mesmas pudessem ministrar esse também houve êxito.



Figura 2: Roda de conversa
Créditos: Lucileny Moura Costa/2018.

As famílias apresentam situações de vulnerabilidades e precisam de uma maior proteção social e uma atenção diferenciada e um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, pois caso não for imediata à intervenção profissional, podem torna-se risco social e/ou terem seus direitos violados. Pensando nisso através da observação no estágio realizou-se em 07 de agosto de 2018, uma roda de conversa com as mulheres do grupo Troca de saberes, para obter informações sobre as dificuldades encontradas por elas (para saber os diferentes arranjos familiares) contamos com a presença de um profissional em psicologia.



Figura 3: Palestra com o Psicólogo
Créditos: Lucileny Moura Costa/2018.

A Roda de Conversa era para proporcionar e motivar diálogos para que possam expressar suas opiniões, conceitos e concepções sobre elas (es) mesmas (os), assim como, trabalhar reflexivamente e efetivamente as demandas apresentadas nestas rodas. Para Paulo Freire (1970, p.33)

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre, como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso.

Neste sentido, pode-se afirmar que as rodas extrapolam a circularidade (dimensão material) dos participantes, pois os princípios democráticos contidas nesta metodologia de trabalho afirmam “[...] uma postura ético-política em relação à produção do conhecimento e à transformação social, efetivando-se a partir das negociações entre sujeitos” (SAMPAIO et al, 2014, p.1301). Interessante que o diálogo está quase aberto, no entanto, o jogo de poder e as hegemonias não ficam nas nuvens, pelo contrário gravitam a todo momento.

Tal instrumento é de uso imprescindível para fazer do profissional Assistente Social em momentos decisórios, aonde o alvo é alcançar seu objetivo e também para o ser humano em sua dia-a-dia como forma de conhecimento e compreensão da realidade (RÚDIO, 2007).



Figura 4 - Palestra com o Psicólogo
Créditos: Isadora Medina/2018

A observação é fundamental nas pesquisas, sem ela o pesquisador não obterá um conhecimento necessário sobre a mesma. No dia-a-dia ele obterá informações de acordo com os fatos ocorridos no grupo, esclarecendo assim o papel do Assistente Social e com isso estará participando através da observação.



Figura 5: Roda de conversa sobre as situações de vulnerabilidade social
Créditos : Isadora Medina/2018

A roda de conversa contou com participação das usuárias no qual relataram sobre o sofrimento familiar, a depressão, os medos, as angústias, e claro, momentos de alegria, estavam ali como uma forma de aprendizado e troca de amizades. Houve uma dinâmica no final como forma de busca interior para que pudessem sentir que é possível ter amor próprio, por meio do reconhecimento das dificuldades, e da certeza da possibilidade de superação dos limites e autoestima.

Neste período aconteceram também algumas visitas domiciliares que fazem parte do Programa Bolsa Família, geralmente são feitas pela Assistente Social e acompanhada pela estagiaria em Serviço Social ou Pedagogia, nesta vista obteve-se as informações através de relatório social, com objetivo de averiguar renda e composição familiar, conforme solicitação da Coordenação do Programa Bolsa Família.



Figura 6: Visita domiciliar
Créditos : João Vitor/2018

Durante a palestra de apresentação do CRAS, oportunizou-se aos usuários conhecer o que a unidade oferece, apontando o trabalho desenvolvido como as oficinas de artesanatos, projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes e atendimentos através dos profissionais na área do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Dando continuidade com apresentação do administrativo e neste dia a estagiaria em Serviço Social pode esclarecer dúvidas dos usuários referentes ao Cadastro ÚNICO, através apresentação PowerPoint.



Figura 7: Apresentação do CRAS e Serviços Ofertado
Créditos: Mirian Madalon/2018

Cada vez mais, o governo federal, os estados e os municípios utilizam o Cadastro Único para identificar potenciais beneficiários de programas sociais. As perguntas mais frequentes foram sobre o Bolsa Família, Taxa Social de Energia e ID Jovem, porém o cadastramento possui critérios e procedimentos. Por isso ele funciona como porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.



Figura 8: Apresentação do CRAS e Serviços Ofertado
Créditos: Mirian Madalon/2018

As intervenções pratica-teórica neste estágio finalizou-se em 06 de novembro de 2018. Houve uma preparação do ambiente com tema voltado para Girassol, no qual as mulheres da oficina ao adentrarem recebiam uma flor de Girassol e escrevia o nome dela, pois fazia parte da dinâmica.



Figura 9: Encerramento "O Girassol"
Créditos: Abissaléia Carvalho/2018

A maioria das pessoas conhece girassol, ele representa a felicidade, sua cor simboliza calor, entusiasmo, vitalidade, novos desafios a caminho, sendo assim foi entregue a elas a mensagem e junto sementes de girassóis, para que elas plantassem.

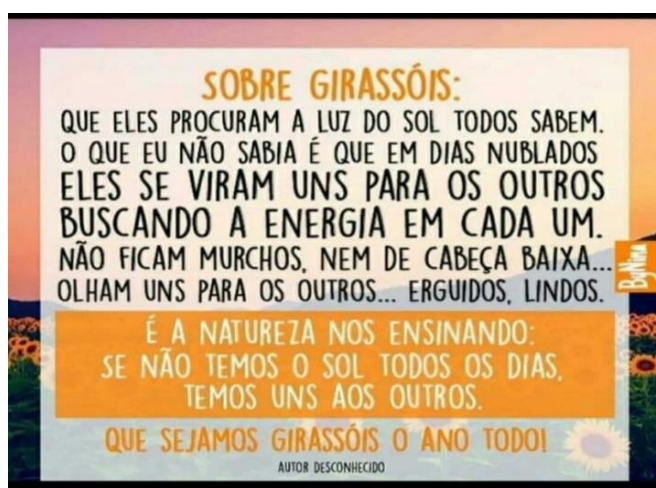


Figura 10: Folder usado no encerramento
Fonte: www.google.com.br/sobre_girassol.

Todos estavam atentos sobre a temática e a ligação com as práticas vivenciadas nas oficinas, os relatos foram emocionantes, pois conseguiram perceber

como eram no início do Projeto e como estão agora conforme destaca uma das participantes “Éramos girassóis de cabeça baixa hoje somos a energia de cada uma aqui, pois nos fortalecemos no decorrer do projeto”.



Figura 11: Encontro encerramento
Crédito: Abissaléia Carvalho/2018

Momento da finalização com foto oficial, gratidão estampada no rosto de cada uma. Mediante a aplicabilidade das atividades planejadas na intervenção, juntamente com a assistente social, foi considerado um sucesso, por ser o público acompanhado pela equipe técnica da instituição, em sua maioria precária ou nula em informações de seus direitos e deveres e com baixa projeção de melhoria das condições sociais, o projeto atendeu as expectativas do que havia sido planejado e também do que as participantes esperavam da ação.

Além da auto-estima, tem se afirmado também que a titularidade nos benefícios de transferência de renda empoderaram a mulher. Neste processo o assistente social desenvolve suas ações no Serviço de Proteção e Atendimento Integral – PAIF e tem sua prática pautada nas ações de caráter individual e coletivo que se configuram em diversas intervenções iniciando com a acolhida, que ocorre como um processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias. O profissional de Serviço Social realiza oficinas com famílias suscitando reflexões sobre temas de interesse das mesmas, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso aos direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos.

CONCLUSÃO

No Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o profissional do Serviço Social encontra desafios principalmente nas últimas décadas com a redução/minimização do Estado. As políticas sociais estão cada vez mais descentralizadas, fragmentadas, focalizadas, deixando segmentos expressivos da sociedade a mercê do seu próprio destino. A opção do Estado via sociedade política e o próprio mercado é a canalização dos recursos públicos para a iniciativa privada, nessa perspectiva o discurso da racionalidade e da eficiência adentra no tecido social como uma chave heurística para “solucionar” o problema da “questão Social”.

A minimização do Estado se traduz em cortes na área social a sinalização desta opção se concretiza em limites da assistência social, enquanto política setorial, o que pressupõe a necessidade de articulação para responder às expressões da “questão social”, nesse sentido as ações intersetoriais, principalmente as que envolvem a política econômica, política de emprego e renda e as demais políticas são imprescindíveis para atenuar a situação de desigualdade social.

No CRAS, o trabalho socioeducativo é cada vez mais necessário, uma vez que, a cidadania não se reduz ao acesso a benefício monetário (MIOTO, 2004) embora sua inclusão como beneficiário seja uma das condições para sua realização, mas a cidadania transcende pois envolve “[...] ações em direção à informação, educação, cultura, entre outras, implicando o desenvolvimento da capacidade de refletir, analisar, decidir, de mobilizar-se e de participar pelo bem comum “ (TEIXEIRA, 2010, p.295). Todavia, para realizar tal façanha que tenha como meta a perspectiva emancipatória, a dimensão educativa não pode responsabilizar as famílias, ou a ensiná-las a contornar os seus conflitos, a sua vida social, econômica e cultural como se tudo revolvesse através de um planejamento racional e no cumprimento das normas impostas por uma sociedade classista e excludente. Nesse sentido o trabalho do Assistente Social no CRAS deve proporcionar as famílias a refletir sobre o seu cotidiano, a conhecer serviços e recursos do território, a mobilizar-se e a incluir-se em processos organizativos, coletivos na busca de garantia dos direitos (TEIXEIRA, 2010; MIOTO, 2004).

Assim, vivenciar as atividades no cotidiano do CRAS foi uma experiência significativa para a formação, enquanto acadêmica, uma vez que o graduando

necessita se preparar para identificar e interpretar problemas e propor soluções para os mesmos, que enfrentará no cotidiano da profissão, portanto é preciso ter um olhar crítico em cada atendimento.

Vale destacar que os novos arranjos familiares não devem ser vistos como um modelo errôneo de contexto familiar, o serviço de Assistência Social deve estar atualizado para atender as mudanças de época, tendo sempre um olhar reflexivo, livre de preconceitos e apontamentos, buscando romper a vulnerabilidade social.

Por último destaca-se a possibilidade de novos trabalhos com por exemplo os adolescentes e jovens, mulheres vítima de abuso/violência sexual, comunidade LGBT, grupo vítima de violência doméstica e tantas outras minorias sociais que precisam de atendimentos específicos que aumente a autoestima e atenda suas particularidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BILAC, E. D. “Família: algumas inquietações”, In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRAGA, L.L. C. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS** em pauta. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal Subsecretária de Edições Técnicas, 2007.

_____. **Código de ética profissional dos assistentes sociais** APROVADO EM 15 DE MARÇO DE 1993 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS RESOLUÇÕES CFESS N.º 290/94 E 293/94.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS. Brasília, 2012.

_____. **Lei 8.742**, de 7 dez. de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 1993.

CANEVACCI, . Introdução. In: _____ (Org.). **Dialética da família**. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva . São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHRISTIANO, R.M. ;NUNES, N. R. A. A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. **Revista Em Debate**, nº 11, 2013, p.. 32–56. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br> Acesso: 20/05/2019

COSTA, A. **O estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal de Rio Grande, RS, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br> . Acesso: 14/05/2019

CRUZ, M.H.S. Empoderamento das mulheres. **Inc.Soc.**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/du_te/Downloads/4248-12581-1-PB.pdf. Acesso: 23/03/2019

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Pesquisa: Princípio científico e educativo**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DESSEN, M. A; POLONIA, A.C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Ribeirão Preto: **Paidéia**. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003. Acesso :09/05/2019.

DIAS, M. B. **União Homossexual, o Preconceito e a Justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1970

GALLIANO, A. G. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986. 200 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas . 4ª ed. 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. ed. São Paulo; Atlas, 2010.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.M.. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, T.C. S.; MIOTO, R. C.T.; PRÁ, K.R. D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br> Acesso: 23/12/2018

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: PUC/SP, 2007.
MINAYO, M. C.e S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.

MAIA, A.M.O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. Disponível em:**VINCULO – Revista do NESME**, 2017, V. 14. N. 1. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v14n1/v14n1a07.pdf>. Acesso: 25/04/2019.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2001

MIOTO, R. C. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Texto e Contextos**, vol. 3, nº 1, dez, 2004.Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Trabalho%20com%20fam%EDlias.pdf> Acesso: 23/11/2018

_____.O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. **Revista Katálisis**, Florianópolis-SC, v. 5, n. 1, p. 51-58, 2002.Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5870>. Acesso 03/06/2019.

NABINGER, S. **Proteção e família**. Porto Alegre: Imprensa livre, 2009.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. A invenção da família. **Pensando Famílias**, vol. 7, n 9, 2005, p. 121 – 134.Disponível em; https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0,5&cluster=4399501237283847338. Acesso:19/03/2019.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PRANDI, J. R. Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. **Cadernos CEBRAP** (21), 1975.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n3/0103-7307-pp-28-3-0330.pdf> Acesso:10/01/2019

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso 14/01/2019

RUIZ, J.A. **Metodologia científica**: guia para a eficiência nos estudos. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SAMPAIO,J.;SANTOS, G.C.;AGOSTINI, M.; SALVADOR, A.Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano.**Interface**.Comunicação saúde educação 2014; 18 Supl 2:1299-1312. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>. Acesso:31/05/2019.

SANDA, S. M. **Ensaio sobre a família pós-moderna**. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3813/1/Samuel%20Magoji%20Sanda.pdf>. Acesso: 12/04/2019.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica e Construção do Conhecimento** .6ª. ed. .Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SARTI, C. **A família como Espelho** : um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas:Autores Associados, 2005.

_____. As Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana R; VITALE, Maria A. F.(orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5ª. ed. São Paulo. Cortez, Instituto de Estudos Especiais. PUC/SP, 2010.

SERPA, N. C. A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. **Revista Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/Acesso>: 12/05/2019.

SILVA, S.R.;MORAES, S. B. Reflexões sobre família na política nacional de assistência social: a proteção social e suas nuances . **Anais...VII jornada internacional de políticas públicas**. São Luis - Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/reflexoes-sobre-familia-na-politica-nacional-de-assistencia-social-a-protecao-social-e-suas-nuances.pdf>. Acesso: 23/03/2019.

SILVA, F. C. **Assistência Social e Cultura Política**: o processo de uma política em construção. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppqservicosocial/files/2012/05/fernanda.pdf>. Acesso:15/05/2019.

SOARES V. S.**Processo histórico da família** e matrimônios misto . **Revista Temas em Educação**. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/download/23050/12704>. Acesso: 2/05/2019.

TAVARES, F. A. **Políticas Sociais**:famílias, Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoa Portadora de Deficiência/Indaial/Uniassevi,2010.

TEIXEIRA, S.M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), vol. 9, núm. 2, agosto-diciembre, 2010, pp. 286-297. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3215/321527167010.pdf>. Acesso:02/06/2019.

VASCONCELLOS, K. M. **A representação social da família**: desvendando conteúdos e explorando processos. 2013.378f.Tese (Doutorado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, 2013.Disponível

em:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13272/1/2013_KarinaMendoncaVasconcelos.pdf. Acesso:23/04/2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

PERFIL DAS MULHERES REFERENCIADAS

PESQUISA REALIZADA ATRAVÉS QUESTIONÁRIO SOCIAL. DESCOBRINDO TALETOS DATA APLICAÇÃO 24/07/2018

1. Idade:

2. Em sua opinião o desenvolvimento do Projeto Troca de Saberes deveria abordar.

- a) Pouco importante
- b) Importante
- c) Prioridade

	PRIORIDADE
Trabalhos, oficinas e rendas ambos os gêneros.	
Educação e elevação de escolaridade.	
Cultura lazer, esportes e convivência social.	

3. Na área de trabalho a prioridade deveria ser:

- a) A preparação a profissionalização para o trabalho.
- b) O encaminhamento para ofertas de trabalho para empregos
- c) Apoio ao empreendedorismo e incentivos de negócio.
- d) Orientação vocacional e na escolha profissional
- e) Outros.

4. Na área de educação a prioridade deveria ser:

- a) Aumentar o grau de escolarização dos ambos os gêneros em pior situação financeira.
- b) Facilitar o acesso dos filhos a pré-escola e escola.
- c) Apoiar a retomada dos estudos para aqueles que não frequentam mais escola
- d) Apoiar a retomada dos estudos para aqueles que não frequentam mais escola.

5. Na área da Social a prioridade deveria ser:

- a) Prevenção ao uso indevido ao álcool e outras drogas.
- b) Proporcionar atividades esportivas e de lazer que contribuam como qualidade de vida das mulheres.

- c) Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.
- d) Acompanhamento de Saúde Mental.
- e) Outro.

Obs.: Outros (Prevenção câncer/ Atendimento Psicológico).

6. Na área de cultura, lazer e convivência social a prioridade deveria ser:

- a) Promoção de atividade cultural e lazer voltado para ambos os gêneros
- b) Incentivar a expressão cultural dos jovens através de conversas, amostras e festivais.
- c) Outro.

7. Com uma nota de 0 a 10, qual a avaliação que você faz a você mesma em relação a: (0 = Pior avaliação) (10 = Melhor avaliação)

- a) Relacionamento com sua família e parentes.
- b) Relacionamento com seus amigos e colegas (escola, trabalho, associação).
- c) Prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.
- d) Ser independente, ter autonomia.
- e) Trabalho e encaminhamento profissional.

8. Você é beneficiado(a) de algum programa social?

- a) Sim/Qual.
- b) Não

9. Você conta com algum auxílio (doação)?

- a) Sim/ Qual.
- b) Não

10. Qual destas alternativas melhor descreve sua situação familiar e de moradia?

- a) Possui família própria e habita no mesmo lugar com companheiro (a) sem filhos.
- b) Possui família própria e habita no mesmo lugar com companheiro (a) e com filhos
- c) Possui família própria e habita no mesmo lugar apenas com filhos.
- d) Não possui família própria
- e) Mora com os pais ou familiares (sogro, por exemplo) no domicílio deles.
- f) Mora em domicílio que você construiu
- g) Divide moradia com outras pessoas (república, colegas, pensão).

11. Qual sua opinião sobre os métodos utilizados para as ações deste projeto?

- a) Eu concordo totalmente.

- b) Eu concordo em partes.
- c) Para mim é indiferente.
- d) Eu discordo em partes.
- e) Eu discordo totalmente.
- f) Não tenho uma opinião formada. Por quê?

Se você possui um saber para compartilhar, qual seria e quantos encontros seriam necessários para ministrá-lo?